MODELO DE PETIÇÃO

DILIGÊNCIAS JUDICIAS. LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS. PETIÇÃO

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

Alvará Judicial n. ...

- diligências judiciais necessárias para obtenção das certidões de óbito dos demais irmãos do autor-art. 319, §1° do CPC-

(nome), qualificado, nos autos de alvará judicial epigrafados, por seu advogado *in fine* assinado, em atenção ao r. despacho de Id ..., vem respeitosamente, aduzir o que se segue:

1. No despacho inaugural, V. Exa. ordenou a intimação do autor para apresentar a certidão negativa de abertura de inventário do Sr. ..., bem como as certidões de óbito dos demais irmãos do *de cujus*.

2. Todavia, o autor não dispõe de informações acerca do paradeiro dos seus irmãos, pois todos deixaram a cidade natal [...], tendo notícias apenas que faleceram há muitos anos.

3. Ademais, as custas para emissão das certidões de óbito das pessoas elencadas no despacho inaugural seriam por demais dispendiosas ao autor, que possui como única fonte de renda a aposentadoria mensal que recebe pelo INSS.

4. Com efeito, o requerente não vê outra saída senão invocar as disposições do art. 319, §1° do CPC[[1]](#footnote-1), que prevê expressamente a possibilidade de o autor requerer ao juiz diligências necessárias para a obtenção de documentos e dados indispensáveis para o deslinde do feito.

5. É de conhecimento geral que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS é conveniado aos sistemas informatizados de apoio judicial parceiros do Conselho Nacional de Justiça, a saber: SIEL, INFOJUD, SISBAJUD, RENAJUD e INFOSEG[[2]](#footnote-2).

6. Nesse sentido, pugna pela realização da consulta dos nomes completos dos seus irmãos nas referidas bases de dados nacionais, a fim de obter as informações pretendidas por esse d. juízo.

7. Noutro giro, no que tange a certidão negativa de abertura de inventário do finado Sr. ..., cumpre esclarecer que o número de CPF é indispensável para a emissão do documento oficial no site do TJMG.

8. *In casu*, conforme narrado na peça de ingresso, o autor não dispõe dos documentos pessoais do *de cujus*. Logo, não pode informar seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas [CPF], impossibilitando o cumprimento da ordem proferida no despacho de Id ...

9. Em arremate, mister avivar que o requerente é pessoa idosa, com parcos recursos financeiros, que só veio a juízo reivindicar seus direitos em virtude das expressas disposições legais que albergam a pretensão veiculada nesse feito.

10. Destarte, reitera o pedido de assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 §3° do CPC e da Lei 1.060/50.

11. ***Ex positis*** o autor requer:

a) sejam diligenciados o CPF e certidão de óbito junto aos sistemas INFOJUD, INFOSEG, SIEL, SISBAJUD e RENAJUD, nos termos do art. 319, §1° do CPC, dos irmãos do *de cujus*, quais sejam:

- ...

- ...

- ...

- ...

b) seja diligenciado, nos mesmos sistemas descritos no item acima, o número do CPF do Sr. ..., portador da cédula de identidade n° MG-...;

c) seja deferida a gratuidade da justiça, pois é pobre no sentido legal [CPC, arts. 98 e 99 c.c. CF, art. 5º, LXXIV], sem condições econômico-financeiras de arcar com as despesas, custas e taxas judiciárias, conforme declaração de hipossuficiência anexada.

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. CPC, art. 319. A petição inicial indicará:... §1° - Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.... [↑](#footnote-ref-1)
2. Sistemas Eletrônicos a serviço da justiça. In http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/18721/noticiario\_2011-01-13%207.pdf?sequence=1. Acessado em 22.01.2021. [↑](#footnote-ref-2)